

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Boaventura, D. Frei Fortunato de São (Alcobaça, 1777 – Roma, 1844)

Um dos mais prolíficos escritores de temas histórico-filológicos e panfletários políticos da sua época, na área do pensamento contra-revolucionário, correspondente e sócio livre da Academia das Ciências de Lisboa, reformador geral dos estudos e arcebispo de Évora sob D. Miguel, que serviu afincadamente no exílio, Frei Fortunato de São Boaventura, de quem não se conhece o nome secular, constitui um exemplo significativo de autor diversificado e de actor político coerente nas ideias e nos actos. Filho de família «honrada» de Alcobaça, na expressão de Inocêncio Francisco da Silva, o seu pai foi livreiro, segundo a mesma fonte. Pelos dezoito anos professou a regra cisterciense de São Bernardo no riquíssimo mosteiro de Alcobaça, numa época do Antigo Regime em que a entrada no clero regular servia muitas vezes de impulso para uma vida cultural intensa e uma visão ordenada e informada do mundo – veja-se o caso de José Liberato Freire de Carvalho (nascido em 1772) e do mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa. Frequentava os estudos preparatórios em Coimbra, alcança os graus de bacharel em 1806 e de licenciado e doutor em 1810, na Faculdade de Teologia (já reformada, lembre-se) e ensina no Colégio das Artes e depois na Universidade, chegando a Lente de Teologia. Nos anos de 1808 e 1809, os das invasões francesas, surgem os seus primeiros escritos conhecidos, seis panfletos impressos na tipografia régia da Universidade, significando a legitimação do respectivo conteúdo. Entre eles podem enumerar-se um redigido em latim e dirigido ao vice-reitor, duas traduções sobre a política expansionista de Napoleão e sobre o cerco de Saragoça, elogios de Francisco da Silveira Pinto da Fonseca e da acção do corpo dos voluntários académicos na luta armada contra as tropas napoleónicas, corpo esse no qual se alistou logo em 1807, segundo o memorialista marquês de Fronteira, citado por João Ameal (outra fonte refere 1808). Em 1812 é lente substituto de Teologia e em 1817 professor de Grego no Colégio das Artes.

Temos, assim, por volta dos quarenta anos de idade, Frei Fortunato já com a sua carreira académica firmada, com uma bibliografia estabelecida sobre os eventos da época que o enquadram na chamada história imediatista – de Garção Stockler e Acúrsio das Neves, por exemplo – com novos títulos sobre os heróis laicos e militares da época, como o general Silveira, o coronel Trant, o marechal Beresford e os viscondes Wellington e de Montealegre, todos eles de 1811; mas também desenvolvendo, embora



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

isoladamente, uma veia de periodista, com um «arraçado volume» da *Minerva Lusitana*, de 1808-1809, também com a chancela oficial da imprensa régia da universidade. Na mesma tipografia surge uma primeira obra de cariz histórico, a *Memória sobre a vida da beata Mafalda, rainha de Castela e reformadora do mosteiro de Arouca*, de 1814. E já aqui, segundo os comentários de Inocêncio, temos uma questão metodológica inicial: é que a obra não apresenta, como é sugerido no texto, os prometidos apêndices documentais, de resto, segundo a mentalidade vigente na Academia das Ciências de Lisboa, onde se consagravam então António Ribeiro dos Santos, António Caetano do Amaral e João Pedro Ribeiro. Também no dito volume surge um breve tratado inédito de Frei Bernardo de Brito.

Aliás, será na Academia das Ciências que Frei Fortunato vai publicar cinco estudos, em 1821, 1823, 1825 e 1827, na *História e Memórias...* São eles temas em que se entrecruzam a erudição monástica tradicional com os assuntos clássicos da literatura, trabalhados no âmbito da Academia. Por um lado, memórias sobre «três grandes figuras da historiografia alcobacense» (João Ameal), conceito que Joaquim Veríssimo Serrão apenas aceita em sentido estrito – Bernardo de Brito, António Brandão e Francisco Brandão. Por outro, estudos sobre as literaturas grega e hebraica, desde os começos da monarquia até ao reinado de D. José.

Vários outros títulos serão publicados na Imprensa Régia, como as orações fúnebres do bispo de Leiria e do bispo-conde de Coimbra, em 1820 e 1822; e volumosas colecções de panfletos anti-liberais, de tom virulento e de linguagem rica em intolerância política, como os periódicos *O Punhal dos Corcundas* (1823-24), *O Mastigóforo* (1824 e 1829), *O Defensor dos Jesuítas* (1829-1833) e *A Contra-mina* (1830), alguns deles em pleno reinado de D. Miguel e ocupando já Frei Fortunato a função de arcebispo de Évora. Neles, o autor aliava a melhor parenética anti-maçónica à autoridade dos cargos públicos que ocupava, servindo – como José Agostinho de Macedo e outros escritores – de porta-voz oficioso do regime contra o pensamento liberal, embora durante o período liberal e posterior à Vila-Francada, sem incitar à violência física (sobretudo em *O Punhal dos Corcundas*, anónimo). Alia então o conceito de soberania popular à acção da Maçonaria como erros de lógica histórica e filosófica, tanto provenientes da reforma de Lutero quanto do iluminismo setecentista, criticando no triénio vintista a legislação régia sobre matérias eclesiásticas, a separação do Estado e da Igreja, as tentativas de reforma do clero e as liberdades de imprensa e de pensamento. É defensor da inquisição e da Companhia de Jesus como actantes contra a irreligiosidade quinhentista e oitocentista; não fala no seu tempo como de decadência, embora aponte o dedo ao suposto papel dos vintistas na independência brasileira e no empobrecimento dos cofres públicos. Por fim, elogia Bossuet e o pensamento ultramontano, denotando uma construção argumentativa cuidada e inspirada nos exemplos bíblicos e numa visão de historiador informado, quase legalista e moderada, dos negócios do Estado e da Igreja. Na segunda publicação de *O Mastigóforo*, a partir de 1829, já fortalecida a realeza de D. Miguel, a linguagem e o tom mudam, muito mais agressivos e dicotómicos, sem objectivos de conduzir à reflexão e ao debate, antes, «através do maniqueísmo que reproduz, provocar sentimentos imediatos de quase



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

amor/ódio, de repúdio/aceitação», seguindo a linha de pensamento de José Agostinho de Macedo, a quem chama o príncipe dos escritores anti-maçónicos. Embora apele à guerra da pena e não da espada, o tom é claramente belicista e intolerante, de acordo, aliás, com o que considerava serem os ensinamentos das sagradas escrituras perante as heresias de todos os tempos. Se não antes, agora pugna pelas ideias extremas de uma conspiração maçónica, conforme veiculava o abade Barruel (Marília Favinha, *Frei Fortunato de São Boaventura e a “Contra-Revolução”*, 1996, pp. 95-109, 117, 119, 121-131 e 143-147 e João Ameal, «D. Frei Fortunato de São Boaventura...», 1964, pp. 406-423 e 428-429).

Após a Vila-Francada, Frei Fortunato de São Boaventura é feito censor régio do Desembargo do Paço; e a 5 de Dezembro de 1823, secretário de uma junta expurgatória de lentes, opositores e empregados da Universidade a excluir pelo seu comportamento e opiniões revolucionárias (Marília Favinha, *Op. Cit.*, pp. 23 e 135). Em 1827 é elevado a cronista geral da Ordem de São Bernardo e nesse mesmo ano publica, de novo na Impressão Régia, a *História cronológica e crítica da Real Abadia de Alcobaça, da Congregação Cisterciense de Portugal, para servir de continuação à Alcobaça ilustrada do Cronista-mor Frei Manuel dos Santos*, com um longo parecer abonatório de José Agostinho de Macedo, que aliás, em carta, se refere ao autor como o Mabillon da «congregação de S. Bernardo» (Teófilo Braga, *Obras inéditas de José Agostinho de Macedo...*, vol. I, 1900, p. 92 e Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa...*, vol. III, 1974, pp. 98 e ss.). Esta obra, porém, vai merecer reparos críticos de João Pedro Ribeiro em 1829 e 1830, numa altura em que este era o decano da classe de Literatura Portuguesa da Academia e titular da cadeira de Diplomática na Torre do Tombo. Frei Fortunato e mesmo José Agostinho de Macedo vão replicar aos comentários de Ribeiro, num confronto claro entre uma historiografia que, embora escrita por um presbítero secular, estava secularizada e não obedecia ao espírito hagiográfico de certa historiografia monástica e de uma tradição multiseular de erudição de Alcobaça, não isenta de mitos fundacionais e de lendas indocumentadas. Tais mitos e lendas não são objecto de reparo por parte de Ribeiro, pelo que Frei Fortunato não parece tê-los reproduzido de forma acrítica; mas defendia acaloradamente os méritos dos seus antecessores na Ordem, autores da *Monarquia Lusitana*, obra que sabemos reproduzir a pseudo-acta das cortes de Lamego. O que é discutido, por exemplo, são os méritos paleográficos da congregação de Cister, por não enviar à Aula de Diplomática, em Lisboa, alguns dos seus monges, o que Frei Fortunato considerava dever-se a motivos económicos e ser resolvido de forma alternativa, com conhecimentos internos ministrados pela Ordem. E a própria origem da doação de bens ao mosteiro de Alcobaça, respondendo São Boaventura que a sobrevalorização da ausência de documentos coevos abriria as portas ao «cepticismo histórico» e que «Também há tradições históricas mui respeitáveis» (*Resposta às «Reflexões do conselheiro João Pedro Ribeiro, 1830, pp. 3-8 e ss.*). Embora o tom de João Pedro Ribeiro merecesse alguns reparos dos censores da Academia (António Baião, *A infância da Academia...*, 1934, pp. 197-200), esta polémica não deixará de, até certo ponto, antecipar as que, a propósito das questões das reformas introduzidas pela revolução de 1834 nas formas de propriedade da terra (João Pedro Ribeiro-



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Coelho da Rocha) e de Ourique, vai opor Alexandre Herculano ao padre Francisco Recreio e a outros autores, em anos posteriores. O tom desabrido e irónico de parte a parte; a legitimidade da tradição não-escrita versus o valor único do documento dotado de autenticidade comprovada; a continuidade do reformismo joanino, tanto nos forais, nas ordens religiosas, nas melhorias dos proventos da agricultura, interrompida pela legitimidade aguerrida e jurídica de intelectuais como Herculano e Mouzinho da Silveira, estão presentes nestes diálogos fogosos de homens de letras com objectos de análise comuns, mas visões opostas.

Mesmo após a saída de D. Miguel e da sua corte para várias capitais europeias – Londres, Paris, Roma – Frei Fortunato segue o seu soberano para a Cidade Eterna e aí viverá mais de dez anos, como o farão, na emigração, outros dois sócios da Academia com escritos históricos e culturais de vulto e funções públicas sob D. Miguel: o bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lobo e o visconde de Santarém. Ao contrário de ambos – e dos duques de Cadaval e Lafões, também em Paris – Frei Fortunato não se remeterá ao anonimato de particular ou à preponderância meramente erudita e de homem de letras: como o bispo de Viseu, escreve várias pastorais ao seu rebanho de fiéis de Évora, pronunciando-se sobre o cisma aberto entre o Portugal revolucionado e a Santa Sé, mas mantém funções *oficiais* enquanto governante em nome de D. Miguel, substituindo, em 1836, António José Guião como ministro e António Ribeiro Saraiva como chefe do *partido* miguelista no exílio (Maria Teresa Mónica, *Errâncias Miguelistas...*, 1997, pp. 57-58). Conselheiro de D. Miguel desde 1831, é, também, em Roma delegado pontifício para Portugal (Marília Favinha, *Op. Cit.*, pp. 28, 151 e 163). O que não o impede de se dedicar à escrita erudita. Temos, assim, Frei Fortunato, já sexagenário, dirigindo-se aos católicos portugueses do seu arcebispado, investigando manuscritos portugueses em arquivos romanos e incitando à revolta as guerrilhas algarvias anti-liberais. Uma existência dedicada às letras e à política em doses iguais, com uma entrega e uma abnegação que são singulares e originais, pela aparente discrepância entre os instrumentos da erudição e a linguagem vernácula do encorajamento à luta armada e à intolerância ideológica e religiosa. Um dos sócios da Academia das Ciências que, embora não tenha chegado a efectivo (ao contrário do que afirma João Ameal, *Op. Cit.*, p. 398), mereceu referência como sócio por Joaquim Veríssimo Serrão (*A Historiografia Portuguesa...*, *Op. Cit.*, p. 248). Trata-se, enfim, de um autor que tanto admirava a marquesa de Alorna quanto dirigia e pregava na representação popular do mistério da Cruz em 1831, em pleno reinado de D. Miguel, simbolizando uma determinada mentalidade de Antigo Regime, ao mesmo tempo tradicionalista, erudita, monástica e anti-revolucionária (Vitorino Nemésio, *A Mocidade de Herculano*, 2003, pp. 281 e 334).

Bibliografia activa: «Memória de algumas particularidades com que se pode acrescentar e corrigir o que até ao presente se tem publicado sobre a vida e escritos do cronista-mor Frei Bernardo de Brito», *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa, na Tipografia da Academia, tomo VII, 1821, memórias dos correspondentes, pp. 13-51; «Memória sobre o começo, progresso e decadência



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

da literatura grega em Portugal, desde o princípio da monarquia até ao reinado de el-rei D. José I», *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa, na Tipografia da Academia, tomo VIII, parte 1ª, memórias dos correspondentes, 1823, pp. 1-54 (com três páginas de aditamentos e ilustrações); «Memória sobre a vida do cronista-mor Frei António Brandão e o que se pode acrescentar ao catálogo dos seus escritos, que vem na *Biblioteca Lusitana*», *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa, na Tipografia da Academia, tomo VIII, parte 2ª, 1823, pp. 36-80; «Memória sobre o começo, progresso e decadência da literatura hebraica entre os portugueses católicos romanos, desde a fundação deste reino até ao reinado de el-rei D. José I», *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa, na Tipografia da Academia, tomo IX, 1825, pp. 29-62 (com uma página de aditamentos); «Memória do que se pode acrescentar ao que corre impresso na *Biblioteca Lusitana* sobre a pessoa e escritos do cronista-mor Frei Francisco Brandão», *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa, na Tipografia da Academia, tomo X, parte 1ª, 1827, pp. 16-46; *História cronológica e crítica da Real Abadia de Alcobaça, da Congregação Cisterciense de Portugal, para servir de continuação à Alcobaça ilustrada do Cronista-mor Frei Manuel dos Santos*, Lisboa, na Impressão Régia, 1827; *Brevíssima resposta às «Breves reflexões à História cronológica e crítica da Real Abadia de Alcobaça, pelo conselheiro João Pedro Ribeiro»*. Autor... , Lisboa, na Impressão Régia, 1830; *Resposta às «Reflexões do conselheiro João Pedro Ribeiro sobre a Brevíssima resposta do padre mestre ...»*. Dada por..., Lisboa, na Impressão Régia, 1830.

Bibliografia passiva: Ameal, João, «D. Frei Fortunato de São Boaventura e a Defesa da Tradição Nacional», *As grandes polémicas portuguesas* (com prefácio de Vitorino Nemésio), Lisboa, Editorial Verbo, vol. I, 1964; Baião, António, *A Infância da Academia (1788-1794)*..., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934; Braga, Teófilo, *Obras inéditas de José Agostinho de Macedo. Cartas e opúsculos... com uma prefacção crítica de...*, vol. I, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1900; Campos, Fernando, *D. Frei Fortunato de São Boaventura Mestre da Contra-Revolução*, Lisboa, Edição de José Fernandes Júnior, 1928; Favinha, Marília Evangelina, *Frei Fortunato de S. Boaventura e a “Contra-Revolução”. Sociabilidade e intervenção política*, dissertação de mestrado em História Cultural e Política, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 1996 (policopiada); Macedo, José Agostinho de, *Carta de... a um amigo, que lhe fez ver o manuscrito de uma resposta, que dá o padre mestre doutor Frei Fortunato de São Boaventura ao ilustríssimo conselheiro João Pedro Ribeiro*, Lisboa, 1830; Mónica, Maria Teresa, *Errâncias Miguelistas (1834-43)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997; Nemésio, Vitorino, *A Mocidade de Herculano até à volta do exílio (1810-1832). Prólogo de Luís A. de Oliveira Ramos*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003 (1ª edição, 1934); Ribeiro, João Pedro, *Breves reflexões à História cronológica e crítica da Real Abadia de Alcobaça*, Lisboa, na Tipografia da Academia das Ciências, 1829; Idem, *Reflexões do conselheiro... sobre a Brevíssima resposta...*, Lisboa, na Impressão Régia, 1830;



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Rodrigues, Manuel Augusto (dir.), *Memoria Professorum Universitatis Conimbricensis 1772-1937*, vol. II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992; Serrão, Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*, volumes II (Século XVII) e III (Século XVIII), Lisboa, Editorial Verbo, 1973 e 1974; Silva, Inocêncio Francisco da, *Dicionário Bibliográfico Português...*, tomos segundos, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1859 (com erros relativamente aos títulos publicados na *História e Memórias da Academia...*) e nono, 1860.

Daniel Estudante Protásio



APOIOS:

